

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA MESORREGIÃO NORTE CENTRAL DO PARANÁ E OS PERCALÇOS NO ACESSO E USO DA TERRA

Maiara Rodrigues da Silva OLIVEIRA¹

RESUMO

Existe uma contradição no contexto da formação do espaço agrário da região Norte do estado do Paraná, por isso, objetiva-se compreender como os projetos, ações e políticas públicas que deveriam amenizar os problemas fundiários, acabaram por aprofundar ainda mais a crise. Esta pesquisa exploratória, pautada em revisão de literatura, discute o contexto da modernização do setor agrícola da Mesorregião Norte Central do Paraná, com ênfase no processo de divisão, uso e posse das terras. O que justifica sua relevância para a Geografia, de modo que há uma espacialização voltada para a produção no sistema capitalista. Entende-se que existiu a possibilidade de organizar a estrutura fundiária brasileira, redistribuindo as terras entre um maior número de potenciais produtores. Mas optou-se pela via da potencialização produtiva centrada nos ideais capitalistas, através de propriedades já estabelecidas, acirrando ainda mais as contradições e conflitos no campo brasileiro, com reflexos no Norte do Paraná.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Estrutura fundiária. Norte do Paraná. Espacialização.

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

THE MODERNIZATION OF AGRICULTURE IN THE NORTHERN CENTRAL MESOREGION OF PARANÁ AND THE TROUBLE OF LAND ACCESS AND USE

ABSTRACT

There is a contradiction in the context of the formation of the agrarian space in the northern region of the state of Paraná, therefore, the article aims to understand how the projects, actions and public policies that should alleviate land problems ended up deepening the crisis even further. This exploratory research, lined in revision of literature, discuss the context of modernization of the agricultural sector of the Northern Central Mesoregion of Paraná, with emphasis on the process of division, use and ownership of land. What justifies its relevance to Geography, so that there is a spatialization focused on production in the capitalist system. It is understood that there was the possibility of organizing the Brazilian land structure, redistributing land among a greater number of potential farmers. But the option was taken to boost production centered on capitalist ideals, partly through already established properties, further exacerbating the contradictions and conflicts in the Brazilian countryside, with repercussions in Northern Paraná.

Keywords: Modernization of agriculture. Land structure. North of Paraná. Spatialization.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de discussões oriundas da disciplina de “Organização da pequena propriedade no espaço agrário paranaense”, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). A pesquisa possui como objetivo compreender a formação da estrutura agrária no estado do Paraná, mais especificamente na mesorregião Norte Central.

O estudo se justifica por abordar uma temática que demanda extenso debate na sociedade, uma vez que a distribuição das terras no Brasil continua sendo uma questão inacabada e que divide opiniões. A escolha pela referida região decorre da significativa mudança nas dinâmicas entre campo e cidade a partir dos processos de modernização agrícola, com um novo padrão produtivo voltado ao agronegócio exportador e à formação de importantes núcleos urbanos.

O artigo se origina de uma pesquisa exploratória, de modo que almeja entender e apresentar a constituição do campo na região, os problemas existentes e as relações desiguais no que tange à posse e uso das terras, bem como os encaminhamentos e possibilidades para o futuro da região.

Como recurso metodológico para a realização da pesquisa, optou-se pela revisão bibliográfica, especificamente com base em artigos que tratam de temas correlatos e que abrangem o campo paranaense, bem como em livros da área da Geografia que abordam o problema fundiário brasileiro. Complementarmente, recorreu-se à coleta de dados e informações em sites de órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

O texto apresenta uma contextualização espacial do recorte de estudo adotado, situando a Mesorregião Norte Central do Paraná diante dos processos de modernização vivenciados pela região Sul do Brasil e também no âmbito das demais regiões paranaenses, com a finalidade de compreender tal situação sob uma perspectiva mais abrangente.

Em um segundo momento, debate-se a formação histórica da estrutura fundiária do estado do Paraná, destacando-se a diversidade da ocupação e as formas pelas quais a modernização se implantou e mudou o sistema produtivo no campo. Por último, traz-se uma abordagem sobre a situação atual da mesorregião estudada, as transformações ocasionadas pelo meio técnico-científico-informacional e as novas espacialidades constituídas a partir deste. Ainda, faz-se

referência às possibilidades futuras para o referido estado e para a questão fundiária em específico, com base nas novas dinâmicas no campo e na própria questão demográfica.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Na região Sul do Brasil há o predomínio de pequenas propriedades agrícolas, o que se deve ao processo de colonização e à forma como as terras foram distribuídas, em muitos casos, pelas companhias colonizadoras. Apesar disso, a região não passou ilesa aos processos de concentração fundiária, sobretudo diante da modernização agrícola, que direcionou o uso das terras para um sistema de produção intensiva, com o emprego de tecnologia e máxima produtividade por hectare.

Conforme dados recentes do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Paraná tem seu território dividido em 10 regiões geográficas, conforme a Figura 1.

A Mesorregião Geográfica Norte do Paraná – sobre a qual esta análise mais se debruça – é constituída por um total de 79 municípios, com predominância das ocupações e atividades urbanas. Apesar da importância das duas maiores cidades da região, Londrina e Maringá, outras despontam como polos de prestação de serviços e oferta de empregos, como Apucarana, Araçongas, Cambé, Sarandi e Rolândia (IPARDES, 2017). Ao mesmo tempo em que esses municípios crescem demograficamente, constituem um modo de vida cada vez mais urbano, o que promove, conseqüentemente, um esvaziamento do campo na região.

É preciso frisar, no entanto, que esse êxodo não significa necessariamente que houve uma opção primordial pela cidade como local de trabalho e moradia. A ida para a cidade nem sempre representa uma melhoria das condições de vida, sobretudo por conta dos problemas urbanos existentes. Desse modo, muitas vezes, a saída do campo em direção à cidade é motivada pelas dificuldades em viver no rural, especialmente para os pequenos produtores, de modo que há aspectos limitantes para a permanência, como o acesso precário aos equipamentos de utilidade pública, o fornecimento irregular e deficitário da eletrificação, a limitada disponibilidade de sinal de internet e as condições das estradas, que podem ser empecilhos ao livre deslocamento. Além disso, há pressões que desvalorizam o produto em favor da produção em larga escala, com uso de produtos químicos e que tornam, por vezes, inviável financeiramente a comercialização por parte do produtor rural familiar.

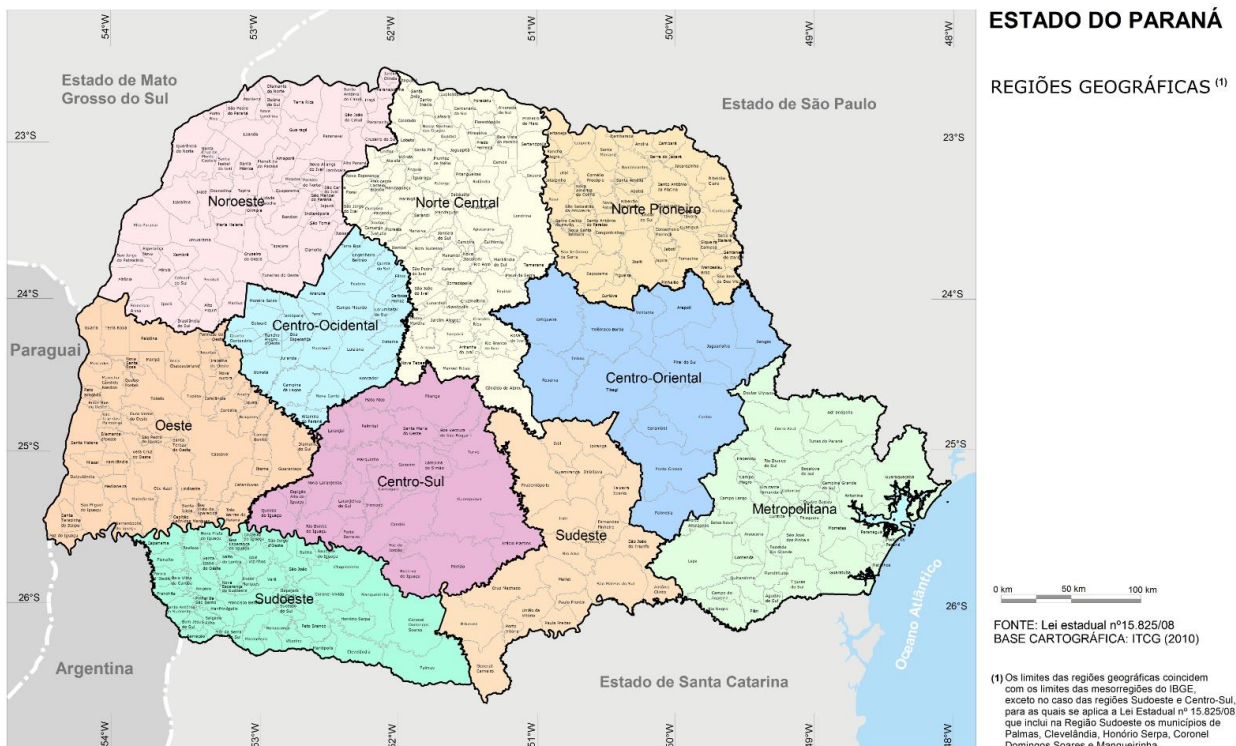


Figura 1 - Divisão regional do estado do Paraná, região Sul do Brasil

Fonte: IPARDES (2010).

Um dos fatores promotores do desenvolvimento agrícola na região, com seu consequente processo de modernização agropecuária e inserção no contexto da agroindustrialização, é a própria situação geográfica e física. A proximidade com o estado de São Paulo facilita o escoamento dos produtos, com a possibilidade de transporte para outros estados brasileiros. Destaca-se a importância da rede ferroviária no estado, sobretudo a ligação do interior do Paraná com Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá, com a Rumo Logística, administradora de malhas ferroviárias no Brasil.

Em relação à rede rodoviária, destaca-se a chamada “Rodovia do Café”, nome que recebeu justamente por sua relevância no contexto de escoamento do café, saindo de Apucarana até a região portuária. A presença do Porto de Paranaguá no litoral do estado é um ponto que beneficia e impulsiona a produção agrícola. Em janeiro de 2023, por exemplo, o porto em questão consolidou-se como líder nacional no que tange à exportação da soja, cujo destino é, em grande medida, a China (Paraná, 2023).

Cabe ainda destacar que a Mesorregião Norte Central do Paraná possui condições propícias ao desenvolvimento agrícola, sobretudo por conta da baixa declividade. Seu relevo plano, suavemente ondulado, permite o emprego de maquinário, um melhor aproveitamento do espaço total, bem como da atividade pecuária. Nas porções em que existem áreas inundáveis, há uma limitação para as atividades agrícolas, o que ocorre com menor frequência, fazendo com que as terras sejam, no geral, muito apropriadas ao desenvolvimento agropecuário (IPARDES, 2014). Esse é um dos fatores pelos quais as terras se tornaram tão disputadas, o que acirrou ainda mais as desigualdades no campo e os problemas delas decorrentes.

A maior parte da região está localizada no chamado Terceiro Planalto do Paraná e apenas uma pequena porção se localiza no Segundo Planalto. Os solos da região, devido a fatores como as rochas basálticas e o clima local, são caracterizados como solos do tipo Terra Roxa, com variações dentro da região. Já o clima predominante é do tipo Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), com verões quentes, geadas infrequentes e a precipitação concentrada no verão (IPARDES, 2004). Tais condições se mostram benéficas para uma agricultura mecanizada e de alta produtividade, de modo que as insuficiências podem ser corrigidas com produtos tecnológicos disponíveis hoje, como os corretivos para o solo. Estes produtos, no entanto, nem sempre estão disponíveis ao pequeno produtor em razão dos custos elevados, aumentando as discrepâncias entre as condições produtivas.

O ambiente gerado a partir de um clima úmido e um solo bastante fértil fez com que na região se desenvolvessem florestas que podem ser classificadas como Floresta Estacional Semidecidual (FES) e a Floresta Ombrófila Mista (FOM), ambas com abrangência na Mata Atlântica. As mudanças no campo da região, que ocorreram principalmente a partir dos anos 1970, impactaram fortemente a vegetação existente, de modo que resistem remanescentes “de maneira descontínua e fragmentária no território e geralmente não representam a floresta primária, uma vez que sofreram corte seletivo e queimadas indiretas” (IPARDES, 2004, p. 12). Ainda, como característica que impulsiona as práticas agrícolas na mesorregião está a presença de importante rede hídrica, com as bacias dos rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi.

É impossível pensar nos processos de uso e ocupação das terras na mesorregião sem atrelá-los ao cenário físico no qual estes se desenrolaram. Para que as mudanças advindas da modernização no campo tivessem tamanho êxito nas terras da porção Norte Central paranaense, condições como clima, relevo, solos, rede hídrica e localização geográfica foram fundamentais. Do mesmo modo, os fatores povoamento, modelos de acesso, uso e posse das terras são

representativos, historicamente, dos interesses de múltiplos sujeitos que (re)significam os espaços, formando novas configurações e dinâmicas.

3 FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA NO PARANÁ

A história da ocupação da região Norte do estado do Paraná começa com os interesses dos ingleses na produção de algodão, de modo a suprir com as demandas existentes na pujante indústria têxtil inglesa na primeira metade do século XX, bem como na cultura do café posteriormente (Oliveira; Crestani; Strassburg, 2016). Constitui-se, assim, uma espacialidade voltada às dinâmicas produtivas que diferiam do contexto que se tinha até então, predominantemente um cultivo diversificado para consumo familiar ou pequenas vendas. No entanto, para produzir em maior escala era necessário tecnologia.

A colonização do norte paranaense se deu em função do interesse de expansão da cafeicultura, houve incentivos do Governo Federal, no período, para ocupação dessa fronteira agrícola, bem como para a produção cafeeira. Nesse contexto destaca-se o papel da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná² na colonização do norte paranaense (Oliveira; Crestani; Strassburg, 2016, p. 133).

Porém nem todas as regiões brasileiras passaram pela transição campo-cidade de maneira síncrona. Pode-se inferir que o processo de inserção do Brasil no âmbito de um mercado internacional se deu a partir da constituição do Brasil Colônia, com a chegada dos portugueses ao território nacional. No transcorrer do processo que sucedeu, o campo brasileiro passou por transformações no que tange ao uso da terra, bem como aos seus mecanismos de apropriação. Crucial, também, foi o contexto da Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1984), ocasião em que, antagonicamente, ocorreu um profundo momento de industrialização do país, a partir das políticas adotadas, muito embora se experimentava uma extrema concentração fundiária, criando lacunas

² Antes de ser nomeada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a instituição era chamada de Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da *Paraná Plantations*, tendo sido a responsável pela compra de mais de 500 alqueires de terras na região, propriedades estas que tinham alta fertilidade em seus solos, apropriadas para as atividades agrícolas. Sobre esta, “em junho de 1929 assume o controle acionário da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, ponto de partida para o reconhecimento e repartição de todo o acervo de terras da empresa e sua integração à economia do Estado” (CMNP, 2023).

ainda maiores entre aqueles que podiam ter acesso à terra e aqueles que estavam desprovidos desta (Fausto, 2013).

Muito embora o contexto do Golpe de Estado de 1964 tenha criado condições para um processo acelerado de integração do país ao mercado internacional, que foi a base para constituição do modelo produtivo agroexportador atual, Santos (2018, p. 39) analisa que

[...] as primeiras fases do processo de integração foram concentradoras das atividades modernas e dinâmicas, tanto do ponto de vista econômico como geograficamente. É na última fase, quando já existe um capitalismo maduro, que vamos testemunhar a possibilidade de uma difusão da modernização, não só presente quanto aos capitais, como quanto à tecnologia e às formas de organização.

É nesse contexto em que se instala no campo brasileiro o chamado meio técnico-científico-informacional³, cujas mudanças possíveis atingiram não apenas a produção dos itens de exportação em larga escala, como os grãos, mas também produtos mais tradicionais, como o próprio café: gênero básico das dinâmicas produtivas e econômicas na região norte paranaense (Central e Pioneiro) durante a maior parte do século XX. As mudanças advindas desse contexto alteram não apenas o território propriamente dito – infraestruturas, por exemplo –, mas as relações no campo, sobretudo no que tange ao trabalho. Emergem conflitos de interesses que estariam longe de alcançar soluções, especialmente sobre a posse das terras.

Embora o problema da divisão de terras seja histórico no Brasil e venha se desenrolando desde o contexto colonialista, um importante marco, ainda em 1964, foi a elaboração do Estatuto da Terra, o qual sucedeu documentos oficiais já existentes, leis e subsídios públicos que já apresentavam informações e dados sobre o uso e apropriação da terra, vide a Lei de Terras de 1950. O Estatuto da Terra, no entanto, trouxe mais problemas para situações que já se apresentavam de difícil resolução. Exemplo disso foi que o foco das ações estava mais assentado na crise agrícola em si do que propriamente na questão agrária. Logo, ao invés da promoção de estratégias para que mais pessoas tivessem acesso ao uso e à posse das terras, promoveram-se condições para expansão da produtividade por parte daqueles que já tinham terras (Coelho *et al.*, 2019), opção que

³ O conceito proposto pelo geógrafo brasileiro Milton Santos tem como premissa a fase do sistema econômico capitalista que se desenrolou a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, cujas implicações transformaram o espaço geográfico e conseqüentemente as dinâmicas humanas. Milton Santos fala em sistemas técnicos, os quais ocorrem em sucessão. Para Santos (1988, p. 20) “Ciência, tecnologia e informação são a base técnica da vida social atual”, constituindo-se como cenário da globalização.

aprofundou ainda mais as desigualdades no campo.

Nos governos que se sucederam após 1964, uma via foi priorizada: a da modernização do latifúndio, em prejuízo daquela que era, aparentemente, privilegiada pela letra do Estatuto: a da formação de propriedades familiares. Para isso, certamente pesaram o lugar estratégico atribuído à especulação financeira dada à exportação de produtos agropecuários e agroindustriais como fonte de divisas para o país, no modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar (Palmeira, 2008, p. 194).

É importante destacar que as políticas criadas, como créditos subsidiados e incentivos fiscais, voltaram-se prioritariamente àqueles que já passavam por processos de modernização e aumento de produtividade em suas propriedades. Já a política de terras públicas, áreas de domínio do Estado e que poderiam ser distribuídas a particulares para que cumprissem sua função social, não foi colocada no centro dos debates. Com isso, tais políticas de modernização acabaram por beneficiar “latifúndios tradicionais, mas atraíram também capitais de outros setores da economia para os quais o campo passou a se colocar como uma alternativa interessante de investimentos” (Palmeira, 2008, p. 196).

Os anos que precederam a Ditadura Civil Militar no Brasil foram igualmente relevantes no que tange ao meio agrícola, de modo que com as políticas de Getúlio Vargas, por exemplo, os processos de industrialização e urbanização se potencializaram, o que acabou por reduzir o poder político de proprietários fundiários. Com a mudança de regime, no entanto, o que se vê é uma retomada crescente do poder destes sujeitos nas decisões políticas do país, sobretudo, uma influência ideológica (Prieto, 2017). Mesmo com a redemocratização, vê-se que as questões agrárias ocupam hoje posição de destaque em negociações que não envolvem apenas o campo, mas pautas políticas diversas.

No caso específico do Paraná, este é marcado por um processo de intensa modernização em sua base produtiva, situando-se em posição de destaque nacional no que tange ao setor agrícola. Essa realidade impulsiona os movimentos populacionais no interior do estado, fazendo com que algumas cidades apresentem baixíssimo contingente populacional, enquanto outras venham se transformando em espaços de concentração massiva, com grande oferta de bens e serviços, empregos e instituições de ensino.

A distribuição da população traduz a força desse processo, conformando espacialidades que se adensam, em oposição a muitas outras, que se esvaziam. Na esteira desse processo ocorreu uma acentuada ampliação da desigualdade social, que se revelou em crescentes restrições para a inserção no mercado de trabalho formal e em ampla disparidade na apropriação da renda entre as pessoas. Agravaram-se os danos ambientais a partir da intensa urbanização, sem o substrato de um ordenamento territorial com definições de saneamento adequadas; da expansão das atividades agropecuárias, com elevado uso de agroquímicos; e da continuidade dos desmatamentos, comprometendo a qualidade dos recursos hídricos (IPARDES, 2004, p. 03).

O desenvolvimento da região Norte Central do Paraná, intensificada principalmente a partir da década de 1940, está intrinsecamente ligado ao contexto agrícola, de modo que “confunde-se com a da expansão acelerada e extensiva da fronteira agrícola estadual, capitaneada pela atividade cafeeira” (IPARDES, 2004, p. 21). As atividades que se desenrolavam eram um reflexo do que ocorria no estado de São Paulo, as quais encontraram condições muito favoráveis no norte paranaense, sobretudo pela alta fertilidade dos solos. Além disso, muitas terras estavam sem ocupação ou não apresentavam posse legal, o que abriu margem para diversos conflitos agrários.

O estilo de ocupação da fronteira agrícola que predominou no Paraná, em particular nas áreas do Norte Central, baseou-se fundamentalmente no regime de colonização dirigida, na maior parte dos casos sob os auspícios do capital privado, nacional e mesmo internacional (IPARDES, 2004, p. 21).

Esse modelo de desenvolvimento apresentou uma característica dual em relação ao uso das terras. De um lado, ocupavam as pequenas propriedades pessoas advindas de vários locais com a intenção de trabalhar para seu próprio consumo e comercializar os excedentes, usando para tanto o trabalho familiar. De outro, por conta da ampla quantidade de terras ociosas, de ótima qualidade e com baixo preço, os interesses do capital especulativo proporcionaram uma massiva chegada de pessoas que gradualmente ocuparam as terras e ocasionaram uma aceleração no processo de povoamento regional. Com isso, é possível inferir que as práticas econômicas voltadas ao autoconsumo e à comercialização dos excedentes foram impactadas pelas novas dinâmicas que se assentavam (Santos, 2008).

Pode-se entender que, se antes dos processos de modernização e consequente constituição de um meio técnico-científico-informacional nas diversas escalas da vida humana, as espacialidades se configuravam conforme necessidades imediatas de consumo e também relacionais, com esses processos surgem novas especializações do território. Há, no Paraná,

espaços ocupados de formas diversas e cujas atividades humanas se comportam tanto segundo regionalismos quanto de acordo com as exigências do capital internacional. Santos (2018, p. 44) analisa que, diante da modernização agrícola, “há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe [...] que é tanto mais complexa quanto maior o número de produtos e a diversidade da sua produção”.

Acompanhando as dinâmicas nacionais, sobretudo a partir da Revolução Verde⁴, as atividades no espaço agrário da mesorregião sofrem transformações oriundas da expansão de uma agricultura modernizada. É característica do período a inserção de técnicas avançadas de cultivo, momento este em que o café passa a ser substituído por outras *commodities*, sobretudo a soja. Consequentemente, pode-se pensar em uma profunda mudança nas relações de trabalho no campo, bem como, em todos os elementos que se desencadeiam a partir disso, como o êxodo rural, o adensamento demográfico das cidades e o desemprego. Com isso, já nas décadas de 1970/1980 tem-se a redução da população do campo e, segundo o IPARDES (2004), nas décadas seguintes a redução da população rural da região Norte Central do Paraná superou a das demais regiões do estado. Como resultado, a urbanização se tornou um processo crescente e permanente, formando grandes aglomerados que dão origem a importantes cidades do estado.

4 SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS

A estrutura agrária paranaense é reflexo da forma como a divisão de terras ocorreu em boa parte da região Sul no decorrer do tempo, mas também se relaciona com o próprio modo como se tem constituído o acesso à terra no território nacional. Neste cenário, há uma extensão de terras limitada para um grande contingente de pequenas e médias propriedades, muitas das quais produtoras em sistema de policultura e/ou criação de animais.

⁴ Basicamente, a Revolução Verde é um modelo produtivo pautado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, o qual tem seu início no contexto após a Segunda Guerra Mundial, em 1945. Sua premissa é o aumento da produtividade, com vistas a suprir as demandas crescentes por alimentos, usando, para isso, ciência e tecnologia. No Brasil, este processo está ligado a industrialização e urbanização, momento em que há uma massiva saída de pessoas do campo em direção às cidades. Pode-se tomar como temporalidade, a década de 1970 para a implantação deste modelo produtivo no país. As características principais deste modelo foram: “cultivo intensivo do solo, monocultura, aplicação de fertilizantes sintéticos, irrigação, controle químico de pragas e ervas adventícias, manipulação de genomas de plantas” (Dreier; Verdum, 2017, p. 139).

Segundo os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2017, no estado do Paraná, 43% das terras eram ocupadas com lavouras e 27% com pastagens, em um total de 305.154 estabelecimentos (Brasil, 2023). A Figura 2 mostra a situação recente das atividades no campo paranaense:

Verifica-se, por meio da imagem, que a forma como as terras são divididas não é homogênea, de modo que existem espaços de ampla dimensão territorial que são distribuídos entre menos proprietários, sobretudo no Noroeste e Norte do estado. A maior parte das terras se destina aos cultivos temporários, como é o caso do milho e da soja, gêneros nos quais o Paraná é destaque de exportação no país.

Enquanto isso, outras lavouras temporárias, como é o caso do cultivo de café, que já foi símbolo do progresso na região Norte do estado, representam apenas 1,4% do total das terras. Ainda assim, dentre as regiões do estado, é a que mais produz café, sobretudo o Norte Pioneiro. A história ligada ao café tem, atualmente, promovido investimentos, inclusive, na área do turismo.

A valorização da cultura cafeeira por meio do turismo permite aprofundar os laços dos norte-paranaenses com a história do café por meio da ressignificação de seu patrimônio, ao mesmo tempo em que, aos turistas, permite uma oportunidade de conhecimento de paisagens e da cultura local, considerando a paisagem em suas várias dimensões: morfológica, funcional, histórica, especial e, fundamentalmente por ser turística, na sua dimensão simbólica (Oliveira, 2020, p. 30-31).

Destaca-se também o contingente de pessoas ocupadas com as atividades agropecuárias no estado, que somam 847 mil indivíduos. Ao se realizar uma média de pessoas que estariam empregadas em cada propriedade (305 mil), tem-se o número de 2,77 pessoas. Sabe-se, no entanto, que uma grande quantidade de propriedades rurais é mantida pelo trabalho familiar, o que absorve um contingente bem maior de pessoas. “A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas da agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda” (IBGE, 2017, n.p.). Dentre os estados brasileiros, o Paraná ocupa o 9º lugar em relação a menor proporção entre ocupação das terras e trabalho familiar.



Figura 2 - Informações sobre as atividades agrárias no Paraná
Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 2017 (IBGE, 2023, n.p.).

Enquanto isso, há propriedades cujo nível de mecanização produtiva é elevado e que demandam restrita mão de obra humana direta, exceto eventualmente em momentos de safra e colheita. O uso de tecnologias, maquinários e insumos nas atividades agropecuárias é fator de incremento às dinâmicas produtivas, de modo que, além das tecnologias, podem ser adotadas formas inovadoras de gestão e há uma diferenciação da produção por qualidade: quanto mais qualificado o produto, maior o preço embutido. Muito embora possa não parecer em um primeiro momento, essa modernização reduz os custos de produção, o que gera ainda mais lucro ao produtor. Paramentados com tais possibilidades, aqueles que possuem melhores condições financeiras para

arcar com os investimentos iniciais e que são proprietários das terras, encontram terreno fértil para expandir seu alcance produtivo até em mercados estrangeiros.

A situação atual da Mesorregião Norte Central do Paraná é fruto tanto das condições físicas – clima, hidrografia, relevo, solos, – quanto dos processos históricos de uso e ocupação das terras. O desenvolvimento regional perpassa as atividades cafeeiras, atinge a pequena propriedade vinculada a um mercado incipiente, se atrela à modernização e às mudanças que se apresentam com esta.

As transformações provocadas pela modernização deixaram suas marcas na região, como a escassez de vegetação original, os problemas que são comuns a locais que se desenvolveram rapidamente e cujos núcleos urbanos não puderam suprir as demandas dos que chegavam, bem como as expropriações, aumento dos latifúndios, degradação dos solos e das águas.

De outro lado, no entanto, possibilitaram que uma região com grande potencial econômico se desenvolvesse e que importantes cidades surgissem, trazendo consigo ofertas de bens e serviços, formando novas espacialidades, as quais não deixam de se relacionar com as primeiras, através do que Milton Santos denomina de rugosidades:

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (Santos, 2012, p. 140).

Pode-se dizer que a atual estrutura agrária é fruto de diversas ações e políticas públicas que tiveram como princípio a valorização de propriedades que estavam estabelecidas, não acesso à propriedade para um número maior de sujeitos que precisavam produzir, mas que foram impedidos por um projeto modernizador excludente.

Como consequência, tem-se uma região na qual ainda existe uma demanda evidente por terras, mesmo diante de um intenso processo de urbanização. Situação que abrange o estado do Paraná de modo geral, não apenas o Norte. Além disso, existem muitos problemas com a regularização do uso e posse dessas terras, questões que vêm se arrastando durante anos. É comum a presença de arrendatários e também ocupantes das terras, sujeitos que as usam, mas que não possuem direitos sobre as mesmas (Coelho *et al*, 2019).

As grandes transformações da agricultura, cujos pontos mais característicos são o avanço da agroindústria e o surgimento de um setor moderno de pequenos e médios proprietários, tornaram mais urgente a fixação de uma política agrícola por parte do Estado. Não tem sentido lançar uma guerra contra a agroindústria, mas, ao mesmo tempo, há a necessidade de defender os pequenos e médios proprietários com uma política agrícola que garanta sua renda para não sucumbirem no processo de industrialização da agricultura (Fausto, 2013, p. 457).

Muito embora durante anos as políticas agrárias tenham se voltado no sentido de conceder ainda mais benefícios ao modelo de capitalização agrícola, torna-se cada vez mais evidente que é necessária uma Reforma Agrária, com vistas a possibilitar que um maior número de pessoas tenha acesso à terra e aos meios de produção. Tais ações possuem a capacidade de promover uma maior diversidade produtiva, já que não necessariamente haveria um alinhamento ao agronegócio. Além disso, torna-se imperativa a regularização fundiária, de modo que aquelas pessoas que estejam trabalhando na informalidade ou ilegalidade, sob as prerrogativas atuais, mas que tenham direito à posse e uso da terra, possam ter este acesso efetivado.

É inegável que todas as dinâmicas pelas quais a sociedade passou nas últimas décadas causaram transformações no espaço agrário, criando novas configurações territoriais alinhadas a um projeto de desenvolvimento. Tais mudanças não alcançaram a todos no mesmo ritmo, tendo produzido novos tipos de desigualdades para além daquelas pré-existentes.

[...] ao longo do processo as transformações não ocorrem automaticamente, ou seja, se a mudança técnica incide diretamente sobre o espaço, este, em sua condição física ou social, pode oferecer resistência e constituir um fator condicionante. Trata-se, pois, de reconhecer, não somente os impactos gerados a partir de fora, com a introdução de novas tecnologias, mas também as resistências internas e as estratégias de adaptação no intento de superação dos conflitos instalados (Bernardes, 2018, p. 241).

Desse modo, entende-se que as transformações não ocorreram sem variados processos de resistência, não apenas por parte de movimentos sociais, mas por sujeitos que resistem às mudanças – que geralmente se impõem de cima para baixo – e mantêm uma relação diferente com o campo e as atividades neste desenvolvidas.

Pode-se pensar sobre os percursos que o estado do Paraná vem trilhando e as suas perspectivas futuras. Dados recentes do IBGE (2022) mostram que 62% dos municípios paranaenses tiveram crescimento populacional nos últimos anos. Vários são os movimentos que

possibilitam essa realidade em alguns municípios, como o crescimento vegetativo positivo, as migrações que ocorrem internamente entre as cidades e até a chegada de pessoas de outros estados do Brasil, além de imigrantes africanos, asiáticos e latino-americanos. O Paraná possui um forte fator de atração de mão de obra, uma vez que abriga importantes indústrias do setor agropecuário.

As cidades que mais atraíram pessoas foram Curitiba, que é a capital, portanto os motivos são justificáveis, mas o que chama a atenção é que estão na lista três municípios da Mesorregião Norte Central do Paraná, que são Maringá, Londrina e Sarandi (AEN, 2022, n.p.). Vê-se, no entanto, que esse crescimento não acontece de forma linear, de modo que existem porções da região em que o crescimento populacional é baixíssimo e outras onde ocorre um verdadeiro esvaziamento populacional, conforme mostra a Figura 3:

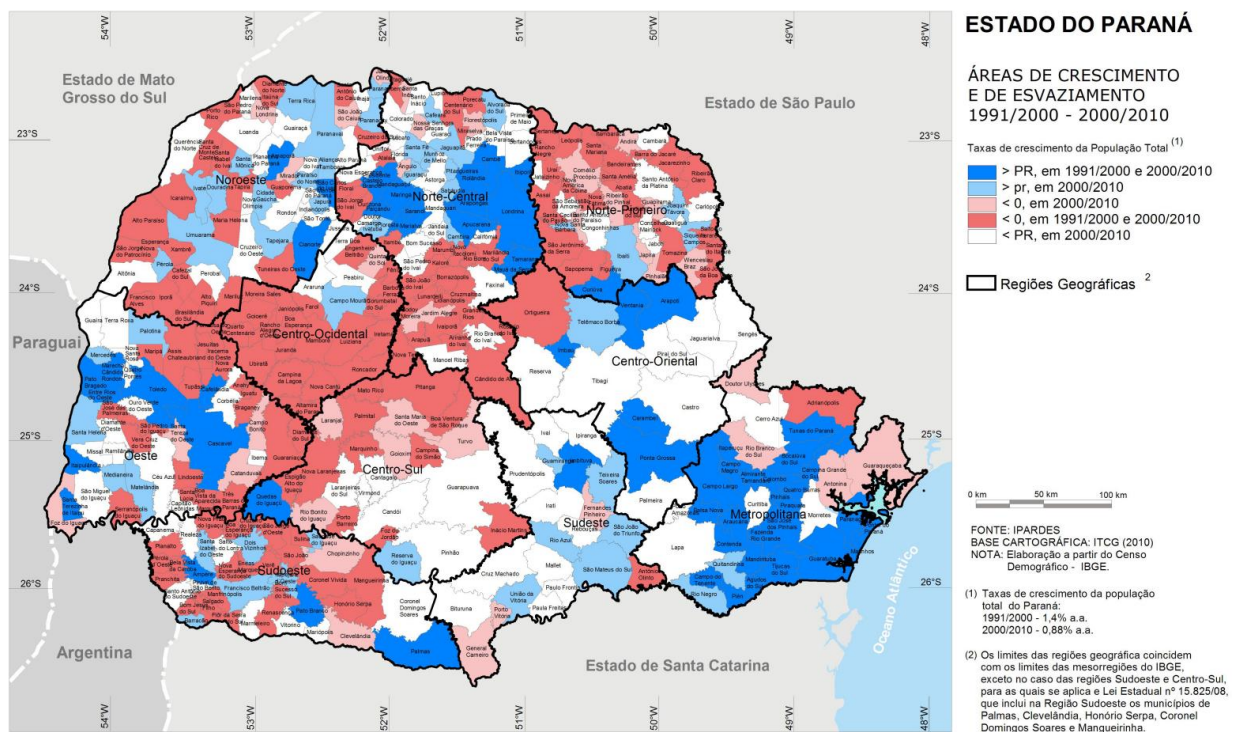


Figura 3 - Áreas de crescimento e esvaziamento no estado do Paraná

Fonte: IPARDES (2019, n.p.).

Quando se observa o mapa, pode-se perceber que as áreas que apresentam crescimento são aquelas onde estão localizados os maiores núcleos urbanos e que exibem fatores de atração. As cidades no entorno destas acabam se desenvolvendo e ampliando sua demografia. De outro lado,

várias cidades do estado do Paraná vêm apresentando pouco ou nenhum crescimento demográfico e, dentre elas, várias da Mesorregião Norte Central.

Tal questão está relacionada com o próprio esvaziamento do campo paranaense e a ocorrência da desocupação de pequenas propriedades rurais. A sucessão familiar é um problema que permeia as relações familiares contemporaneamente, uma vez que o interesse por permanecer no campo nem sempre se manifesta nas pessoas mais jovens, dada a possibilidade de formação superior e o alcance de boas ocupações nos empregos nas cidades. Do mesmo modo, há uma dificuldade de comercialização dos produtos do campo, da agricultura familiar, uma vez que é tarefa árdua competir com os preços empregados pelos grandes produtores (Melo *et al.*, 2003). No caso da Mesorregião Norte Central do Paraná, tal fenômeno se reflete na ampliação da urbanização, conforme demonstra a Figura 4:

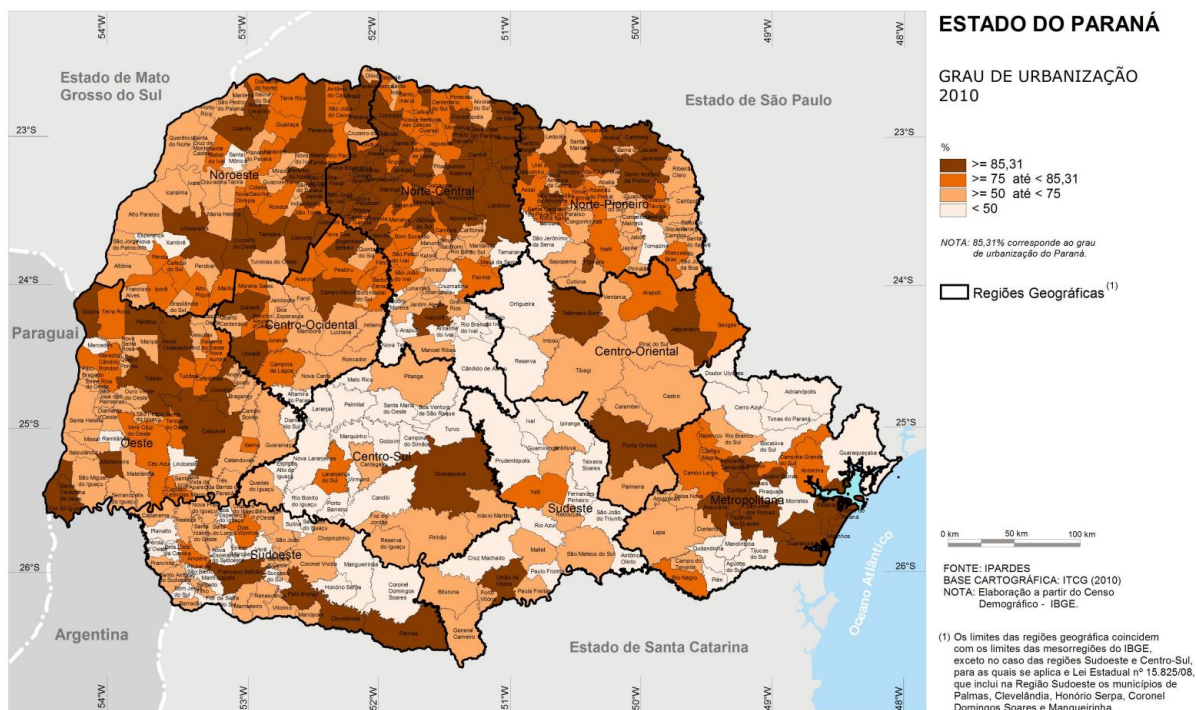


Figura 4 - Urbanização do estado do Paraná por regiões

Fonte: IPARDES (2019, n. p.).

A região estudada apresenta um elevado índice de urbanização, o qual atinge principalmente as cidades de Maringá e Londrina e suas regiões circunvizinhas. Cabe pensar, nesse sentido, que a modernização da agricultura no estado do Paraná trouxe grandes benefícios diretos

para uma pequena parcela da população. O agronegócio, representado pela monocultura da soja, foi um dos fatores que afetaram as dinâmicas no campo e levaram um grande contingente populacional a ocupar as cidades.

O fenômeno do êxodo rural, causado pela modernização agrícola, concentração de monoculturas para exportação e falta de políticas adequadas para o pequeno produtor rural, também contribuiu decisivamente para o deslocamento de um grande contingente da população para as periferias urbanas e franjas metropolitanas, em busca de melhores condições de vida e mesmo de sobrevivência nas cidades (Mendonça; Lima, 2020, p. 19).

Geram-se, neste contexto, os problemas socioambientais advindos da inserção massiva de pessoas em um centro urbano. Enquanto isso, no processo de esvaziamento do campo, abrem-se brechas ao agronegócio para ampliação de suas atividades, sobretudo com a compra, muitas vezes por preços irrisórios, das propriedades que já não possuem mais o mesmo uso produtivo, as quais, muitas vezes, resultam da ruptura da dinâmica de sucessão geracional.

Assim, pode-se inferir que o pioneirismo que funda a região Central Norte do Paraná, assentado sobre a atividade cafeeira, é a base para a formação da estrutura agrária da região, de modo geral constituída pelas pequenas propriedades. Com o advento da modernização agrícola, os investimentos realizados e as mudanças no modelo produtivo, abre-se a possibilidade de novos cultivos, sobretudo para exportação.

Esse processo modernizante retirou muitas pessoas do campo e as direcionou às cidades, estabelecendo as bases para formação de centros urbanos de destaque dentro de todo o estado, bem como de moderno parque industrial. Atualmente, destacam-se a produção do milho e da soja, ambos em grandes escalas, com tecnologias empregadas e com destino à exportação. É comum também a formação das cooperativas, nas quais pequenos e médios produtores se associam e conseguem exportar com maior facilidade. A modernização agrícola não se estabelece, no entanto, sem importantes problemas socioambientais, tanto na cidade quanto no próprio campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mesorregião Norte Central do estado do Paraná tem sua história ligada ao cultivo do café, tendo sido destaque no cenário nacional em relação ao produto. Por vários motivos, o cultivo de

café entrou em recessão na referida região, sendo o principal deles o acontecimento de uma forte geada no ano de 1975⁵, o que possibilitou outros modos de produção, especialmente no contexto da chamada modernização agrícola, o qual foi um processo que não ocorreu de modo uniforme, nas várias regiões do país. A proposta estava relacionada à Revolução Verde, tendo como base uma maior produtividade com menores custos, através de uma massiva implantação de maquinários e insumos agrícolas e a monocultura da soja. Produtos cada vez mais condicionados à lógica de produção agroexportadora.

O uso de tecnologias produtivas causou uma verdadeira mudança nos modos pelos quais as atividades no campo ocorriam, reduzindo o tempo, combatendo pragas, automatizando processos e ampliando os sistemas de exportação, tanto quantitativamente, quanto em relação aos destinos dos produtos. Esse cenário inviabilizou a permanência de um contingente populacional no campo, por diversas razões, dentre elas a própria configuração da pequena propriedade diante dos latifúndios monocultores que vinham se ampliando e incorporando terras. Também, o uso demasiado de produtos agrícolas e a contaminação dos solos, rios e do ar, afetando a plantação de gêneros que não fossem a soja. Assim, com o êxodo rural, formaram-se novos núcleos urbanos e ampliaram-se vários já existentes.

Durante muitas décadas, a estrutura fundiária da região se constituía por pequenas propriedades familiares. Hoje se registra uma expressiva concentração de terras, embora ainda haja muitas propriedades menores e esparsas. Os destaques produtivos na região são o milho e a soja, os produtores vendem suas produções para o exterior ou se aliam em cooperativas, caso da Cocamar Cooperativa Agroindustrial, com sede em Maringá, o que facilita que pequenos e médios produtores também vendam sua safra. Cabe ainda destacar que a agricultura familiar resiste, mesmo diante das dificuldades, como a baixa precificação da produção, que ocorre muitas vezes. Esse modelo de agricultura está ligado a uma maior diversificação produtiva, bem como o abastecimento do mercado interno, suprindo as demandas por alimentos variados.

⁵ A ocasião foi um ponto decisivo para grandes mudanças nas escolhas e técnicas produtivas no estado do Paraná. As mudanças no mundo agrícola já vinham ocorrendo, sobretudo com a Revolução Verde, quando no ano de 1975 uma forte geada atingiu as plantações de café no Norte do Paraná. O ocorrido mudou definitivamente a economia, a geografia e também a cultura paranaense. O fenômeno ficou conhecido como “Geada Negra” e dizimou o café, impossibilitando seu replantio. Isso fez com que muitas pessoas migrassem para as cidades em busca de outra forma de vida (Okawati, 2016). E aqueles que permaneceram em suas propriedades, alteraram significativamente a cultura produtiva.

Alguns locais da região norte paranaense apresentam taxa de crescimento negativa, ou seja, são espaços onde há um esvaziamento populacional. Enquanto outros, como Londrina e Maringá, são locais que crescem expressivamente, sobretudo porque possuem fatores de atração, como trabalho, prestação de serviços, centros de consumo. A região, que abrange cinco territórios, Norte do Paraná, Norte Pioneiro, Paranapanema, Procopense e Vale do Ivaí, é complexa e apresenta várias potencialidades produtivas, tanto em um sistema de *commodities*, quanto no contexto de uma produção familiar, por vezes agroecológica ou orgânica.

É possível se pensar, com base na análise da crescente urbanização e as mudanças no modelo produtivo da região, que dentro de algum tempo, algumas terras da região poderão estar ainda mais despovoadas. Isso porque a sucessão familiar nem sempre encontra interessados, então ocorre com frequência a incorporação de terras a outras propriedades maiores e monocultoras. A agricultura mecanizada demanda mão de obra expressivamente menor do que as atividades em sistema de diversificação produtiva demandariam. Isso reduz a diversidade produtiva e torna ainda mais hierarquizada a estrutura fundiária da região (Melo *et al.*, 2003). No mesmo sentido, agravam-se os problemas socioambientais decorrentes do inchaço demográfico, bem como do uso massivo dos recursos naturais no campo.

Dessa forma, pode-se concluir que as dinâmicas agrárias na Mesorregião Norte Central do Paraná não estão isoladas de um contexto. Elas ocorrem em consonância com as próprias transformações pelas quais o país passou e passa. Apesar das especificidades, como o café, a história é basicamente a mesma em muitos outros lugares. Incentivos governamentais para a modernização, mudança nos padrões produtivos, expropriações, degradação socioambiental, problemas urbanos, unificação do gênero produzido e intercorrências derivadas desse modelo. Dado o contexto, cabe a todos os interessados, sejam acadêmicos ou não, a reflexão sobre as formas pelas quais é possível compreender, por meio dos conhecimentos geográficos, quais as alternativas existentes diante desse modelo modernizante, mas que também se apresenta tão excludente.

6 REFERÊNCIAS

BERNARDES, Júlia Adão. Mudanças técnicas e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 239-269.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **História**. Disponível em:

<http://www.cmpn.com.br/melhoramentos/historia/>. Acesso em: 24 maio 2023.

COELHO, Luzia Bucco *et al.* Estrutura Agrária Paranaense: uma perspectiva histórica e desafios futuros. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, Curitiba, v. 14, n. 136, p. 15-30, jun. 2019. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/1034/1161>. Acesso em: 16 maio 2023.

DREIER, Cláudia; VERDUM, Roberto. Construção da paisagem na produção alternativa dos integrantes da Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE) de Porto Alegre. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (org.). **Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 127-152. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157422/001016563.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 fev. 2024.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: EdUSP, 2013. 688 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017: Utilização das terras**. Disponível em:

https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html?loalidade=41. Acesso em: 18 maio 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Paraná**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr.html>. Acesso em: 22 maio 2023.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004. 146 p. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_norte_central.pdf. Acesso em: 16 mai. 2023.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **As espacialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015**. Curitiba: IPARDES, 2017, 239 p. Disponível em:

https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/varios_paranas_relatorio_2017.pdf. Acesso em 26 fev. 2024.

MELLO, Márcio Antonio de, *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Revista Agricultura**, São Paulo, v. 1, n. 50, p. 11-24, 2003. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-1-03-2.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

MENDONÇA, Francisco; LIMA, Myrian Del Vecchio de. **A cidade e os problemas socioambientais urbanos**: uma perspectiva interdisciplinar. Curitiba: Ed. UFPR, 2020, 924 p.

OKAWATI, Carlos Yoshio. A “Geada Negra” de 1975 e o fim da monocultura do café no Norte do Paraná no imaginário coletivo dos londrinenses. *In*: Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná - SEED/Pr. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**. Curitiba: Seed, 2016. p. 1-34. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_hist_uel_carlosyoshiookawati.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

OLIVEIRA, Alini Nunes de. Cultura Cafeeira no Norte do Paraná e suas Marcas nas Paisagens: potencialidades para o turismo. **Geografia**, Londrina, v. 29, n. 02, p. 29-49, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/38621>. Acesso em: 24 maio 2023.

OLIVEIRA, Nilton Marques; CRESTANI, Leandro Araújo; STRASSBURG, Udo. Ocupação territorial e as transformações econômicas no norte do Paraná. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Toledo, v. 16, n. 30, p. 131-150, fev. 2016. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/2597/1/Artigo%20de%20Peri%C3%B3dico%20-%20Ocupa%C3%A7%C3%A3o%20territorial%20e%20as%20transforma%C3%A7%C3%B5es%20econ%C3%B4micas%20no%20norte%20do%20Paran%C3%A1.pdf>. Acesso em: 22 maio 2023.

PALMEIRA, Moacir. Modernização e Reforma Agrária. *In*: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (org.). **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Seropédica-RJ: EDUR, 2008. p. 193-198.

PARANÁ: Regiões Geográficas. [S. l.]: IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2010. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/regioes_geograficas_base_2010.jpg. Acesso em: 26 fev. 2024.

PARANÁ: Áreas de crescimento e de esvaziamento – 1991\2000 – 2000\2010. [S. l.]: IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2010. Sem descrição. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/%C3%81reas%20de%20crescimento%20e%20esvaziamento%20-%20Paran%C3%A1.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

PARANÁ: Grau de urbanização 2010. [S. l.]: IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2010. Sem descrição. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Grau%20de%20urbaniza%C3%A7%C3%A3o%20-%20Paran%C3%A1.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

PARANÁ. Governo do Estado. Agência Estadual de Notícias. **Com movimentação de grãos em alta, portos do Paraná lideram exportação de soja em janeiro.** 2023. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-movimentacao-de-graos-em-alta-portos-do-Parana-lideram-exportacao-de-soja-em-janeiro. Acesso em: 16 maio 2023.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **Município, Censo 2022, Censo 2010, Diferença.** Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-01/pop2022_municipios.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na Ditadura Brasileira. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, n. 16003, p. 1-14, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/XLfjxSkqJSjjgbWB9xwJTmd/#. Acesso em: 24 fev. 2024.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: EdUSP, 2018.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná.** 2008. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio

Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008. Disponível em:
https://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/08/roselialves.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

Data de recebimento: 05 de junho de 2023.

Data de aceite: 28 de setembro de 2023.